

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SALTO DE PIRAPORA****FORO DE SALTO DE PIRAPORA****VARA ÚNICA****RUA FRANCISCO DE BARROS LEITE, 708, Salto de Pirapora - SP -
CEP 18160-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001137-37.2023.8.26.0699**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO**
 Requerente: **RM AGRONEGÓCIOS LTDA – HARAS ROSA MYSTICA,**
 Requerido: **ABQM - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALO QUARTO DE MILHA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **JOÃO GUILHERME PONZONI MARCONDES**

Vistos.

Trata-se de AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE MARCA C/C TUTELA ANTECIPADA C/C DANOS MORAIS, proposta por RM AGRONEGÓCIOS LTDA – HARAS ROSA MYSTICA contra a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAVALO QUARTO DE MILHA (ABQM), partes qualificadas nos autos.

A autora, em síntese, alegou ser titular da marca "Potro do Futuro", devidamente registrada no INPI sob o n.º 910118604, com registro concedido em 19/12/2017. Aludiu que a ré estaria utilizando a mesma expressão "Potro do Futuro" em seus eventos de forma indevida, sem autorização, o que configuraria violação de direitos de marca e causaria prejuízos à autora. Requereu a condenação da ré à: abstenção do uso da marca "Potro do Futuro"; indenização compensatória por danos morais. Em sede de tutela de urgência, requereu seja determinada a abstenção da utilização de sua marca, pela ré. Procuração e documentos às fls. 19-27 e 31-46.

Citada (fl. 54), a ré contestou a ação (fls. 86-123). Inicialmente, arguiu exceção de incompetência, sob o argumento de que o foro competente seria a Comarca de São Paulo/Capital, local onde está sediada. Além disso, sustentou a inépcia da petição inicial, argumentando que a autora não comprovou a ocorrência de danos e que a expressão "Potro do Futuro" é de uso comum e vem sendo utilizada pela ré desde 1976, antes mesmo da constituição da autora.

Alegou que a autora não teria exclusividade sobre a marca para atividades de organização de eventos, já que seu registro abrange apenas a criação de animais. Por fim, requer a improcedência dos pedidos da autora, bem como sua condenação ao pagamento de multa por litigância de má-fé. Procuração e documentos às fls. 124-234.

Replicou-se (fls. 238-261).

Instadas a apontarem provas a produzir (fls. 262-263), as partes pugnaram pelo julgamento da lide, no estado em que se encontra.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SALTO DE PIRAPORA****FORO DE SALTO DE PIRAPORA****VARA ÚNICA****RUA FRANCISCO DE BARROS LEITE, 708, Salto de Pirapora - SP -
CEP 18160-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

É o relatório. Fundamento e decido.

Inicialmente, analiso as preliminares suscitadas.

A ré pleiteia a remessa dos autos para a comarca de São Paulo, onde está sediada. Contudo, o foro escolhido pela autora, localizado em Salto de Pirapora/SP, é o foro competente para julgar as demandas da própria. Conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o foro do domicílio do autor também é competente para dirimir tal sorte de pleito. Rejeito, pois, a exceção de incompetência territorial.

A ré alega que a inicial seria inepta, pois a narração dos fatos não corresponderia logicamente aos pedidos formulados. Contudo, a inicial da autora descreve de maneira coerente os fatos que embasam seus pedidos. Não se observa incoerência, contradição ou obscuridade. Portanto, rejeito a preliminar de inépcia da inicial.

Passo ao exame do mérito.

O cerne da questão reside no uso da marca "Petro do Futuro". A legislação aplicável ao caso é a Lei 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), que protege o direito do titular de marca registrada de impedir terceiros de utilizarem sinal idêntico ou semelhante para assinalar produtos ou serviços correlatos, salvo em hipóteses expressamente previstas na lei.

O titular do registro de uma marca terá direito à sua exploração exclusiva, nos limites fixados por critérios estabelecidos pelo INPI. O INPI classifica as diversas atividades econômicas de indústria, comércio e serviços agrupando-as segundo o critério da afinidade, em classes, que auxiliam a pesquisa de possíveis fontes de confusão.

A proteção ao direito marcário é garantida pelo artigo 129 da Lei nº 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), que assegura ao titular da marca registrada o uso exclusivo em todo o território nacional. A utilização não autorizada por terceiros configura violação de direitos, passível de reparação conforme o artigo 189 do mesmo diploma legal.

A anterioridade de uso da expressão "Petro do Futuro" pela ré, alegada em sua contestação, não encontra amparo jurídico, em que pese o registro da marca pela autora seja posterior à suposta utilização pela ré. A proteção conferida pelo INPI prevalece sobre o uso não registrado.

Ademais, a alegação de que a expressão "Petro do Futuro" é de uso comum, também não prospera, pois o termo, registrado como marca, possui distintividade suficiente para identificar os serviços prestados pela autora, sendo protegida contra a apropriação indevida por terceiros.

Procedente também o pedido de indenização por danos morais, conforme requerido pela parte autora. De acordo com entendimento da corte Superior, os danos morais configuram-se *in re ipsa*, bastando a comprovação da conduta ilícita. Embora não seja possível dar um preço à imagem, à identidade e à credibilidade de uma pessoa jurídica, busca-se com a indenização atenuar os prejuízos suportados pela empresa e, também, reprimir a conduta do

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SALTO DE PIRAPORA****FORO DE SALTO DE PIRAPORA****VARA ÚNICA****RUA FRANCISCO DE BARROS LEITE, 708, Salto de Pirapora - SP -
CEP 18160-000****Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

causador do dano, para que não volte a praticá-lo, sem contudo dar azo ao enriquecimento sem causa. Por esse quadro, levando em conta o porte da requerida, capacidade econômica das partes e intensidade do dolo, fixo o valor de R\$ 15.000,00, o que se mostra adequado para o caso em análise, com correção monetária do arbitramento e de juros moratórios de 1% ao mês desde a data da notificação extrajudicial.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a presente ação para:

a) Determinar que a ré, Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Quarto de Milha, se abstenha de utilizar a expressão "Potro do Futuro" em qualquer evento, publicação ou atividade, sob qualquer forma e/ou pretexto;

b) condenar a ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Salto de Pirapora, 13 de agosto de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**